

A ORDEM FRANCISCA NA NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DO COLÉGIO SERÁFICO DE SANTO ANTONIO (1941-1971)

José Roberto Morais dos Santos¹
roberttomorais@hotmail.com
Mestrando do PPGE/CE/UFPB

Estudando a História da Educação no Brasil, observa-se que, por muito tempo, a educação esteve fortemente atrelada à religião. Desde o processo de colonização, os franciscanos chegaram ao Brasil e tiveram papéis fundamentais, dentre eles, a catequização dos índios. De acordo com Saviani (2013, p.39), “a colonização do Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas. Pode-se considerar que os primeiros evangelizadores do Brasil foram os franciscanos”.

Ao chegarem ao Brasil, juntamente com os portugueses, os franciscanos começaram suas missões em solo brasileiro, através do frei Henrique Soares de Coimbra, primeiro celebrante de missa no Brasil. Originados da Europa, entre os séculos XIII e XVI concebiam a missão como uma ação itinerante, sempre pregando o Evangelho, principalmente nos lugares por onde passavam, sejam aldeamentos ou lugarejos, incentivando à prática dos sacramentos católicos. Esta era a principal função das Ordens, pois, de acordo com Chatellier (1995, p. 17),

As ordens mendicantes haviam sido fundadas a partir do século XIII principalmente com essa intenção. [...] Só no reino da França contava com oitocentas fundações de conventos de frades que se reclamavam da regra de S. Francisco de Assis ou de S. Domingos, realizadas entre 1250 e 1550. Mas, foi preciso esperar pelo fim da Idade Média para que tipo do grande missionário capaz de reunir multidões se impusesse na Igreja, e pelo dealbar dos tempos modernos para que um método rigoroso, destinado a este gênero de apostolado fosse posto em prática.

A escolha dos lugares para as pregações se dava a partir da conversão de uma figura importante naquele contexto, poderia ser um representante político, que, além de manter a ordem, garantia os recursos necessários.

Nesse período, o ensino em 1500 era de responsabilidade das ordens religiosas, a exemplo dos Franciscanos, Jesuítas, Beneditinos, Carmelitas, e outras; sendo assim

¹ José Roberto Morais dos Santos é mestrando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Desenvolve pesquisas relacionadas à História da Educação, com ênfase em estudos relacionados às práticas escolares no ensino confessional.

responsáveis pelo ensino de cunho religioso, bem como a reestruturação de cada ordem e de sua intervenção no campo religioso sobre os habitantes dessa terra.

A primeira instituição escolar brasileira surgiu na Bahia, fundada por franciscanos, em 1533. Neste contexto,

Não é demais lembrar que a Ordem franciscana nasceu no século XIII. Os frades ocuparam as principais universidades européias no período medieval, e no Brasil a primeira escola do país teve àquela matriz de formação, fundada pelos freis Bernardo de Armenta e Alonso Lebron, em Santa Catarina, no ano de 1538. (SANGENIS, 2004, p. 98)

Muitas escolas foram criadas pelos franciscanos como núcleos das comunidades para a evangelização. Vale dizer que não foram todas as escolas que permaneceram, algumas foram substituídas, outras desapareceram e outras se desenvolveram como entidades próprias.

Os livros que tratam da História da Educação brasileira, na sua grande maioria, se não todos, mostram a educação jesuítica como a mais significativa desde a primeira metade do século XVI, sendo, por mais de duzentos anos, a mais influente, não dando a devida importância a contribuição da educação franciscana para o Brasil.

Muitos foram os conflitos entre as ordens religiosas nesse período, em especial entre os franciscanos e jesuítas, resultando, geralmente, na expulsão do território brasileiro de uma ou outra Ordem das Missões. De acordo com Gilberto Freyre (1959, p.57), “dois principais modelos pedagógicos – o franciscano e o jesuítico – competiram na sociedade colonial brasileira dos primeiros séculos. O primeiro, que buscava a valorização do trabalho pelo incremento das atividades manuais, defrontou-se com o jesuítico, de Ratio Studiorum, fundado no latim”. Desta forma, Jaime Cortesão também afirma que

Ninguém ignora que as duas Ordens, a de S. Francisco e a de Santo Inácio, foram e são antagonicas. Pode seguir-se através da história, ora surda ora declarada, essa oposição. E a nós acrescentamos: as lutas, tão asperamente disputadas no Brasil, entre colonos e jesuítas, refletem, em grande parte, o antagonismo de espírito e processos que opõe uma à outra, as duas Ordens. (CORTESÃO, s/d, p.243)

Diante desses acontecimentos, percebeu-se, através da atuação da Igreja, a necessidade de adaptar as missões, tendo como principal foco a advertência aos pecados e a obediência ao catolicismo. Com a formação e reorientação das missões, agora sob o controle do vaticano, fez com que a intervenção da Igreja, junto aos povos, fosse mais rígida. Assim sendo, essas

ordens missionárias se adaptaram gradativamente a partir do Concílio de Trento e estabeleceram suas ações nos continentes.

Dessa maneira, de acordo com alguns autores, não foi dada a devida atenção a contribuição dos franciscanos com o processo pedagógico e civilizador da colonização portuguesa.

Pode-se perceber que a proposta de um projeto civilizador e cristão dos franciscanos no país já começava a se mostrar, Basílio Rower (1947, p.149), diz que:

desde que os religiosos franciscanos se estabeleceram no Brasil, um dos seus cuidados foi sempre disseminar, na medida que a índole da Ordem essencialmente missionária o permitia, a instrução da juventude. O fim principal, por certo, é a educação moral e religiosa, mas com suas escolas realizaram e realizam também uma obra cívica e social.

A educação, que tinha como principal pressuposto a orientação vocacional, era de caráter moral e religioso. O frei Bernardo de Armenta teve suas experiências de catequese citadas por muitos autores franciscanos, e, até por jesuítas, o próprio Manuel da Nóbrega, menciona seu trabalho em cartas, quando atesta a existência dos franciscanos entre os índios carijós:

Dois Clérigos que têm convertido e batizado muitos”. [...]frei Bernardo de Armenta e frei Alonso Lebron; e até o presente nunca deixou essa Ordem Seráfica de catequizar os filhos da selva e de plantar a fé na Terra de Santa Cruz (LYRA, 1978, p.44)

Percebe-se na citação de Lyra (1978) como se fazia o processo civilizador dessa população indígena, o próprio Elias (1993, p. 197) diz que “para garantir o processo civilizador era necessário agir sobre paixões e sentimentos de forma mais direta e espontânea, com o controle das emoções, da autocontenção, pacificando suas condutas e habilitando-os ao convívio social harmonioso guiado por regras acordadas entre si”.

Percebe-se que essa educação era voltada para uma mudança de conduta, que se estenderia a toda população, ou seja, essa escolarização elementar era parte fundamental do processo civilizatório. Azzi (1975, p.127) menciona que os missionários franciscanos colaboraram indiretamente com o governo nesse processo civilizatório e encontraram apoio, principalmente por eles não estarem “envolvidos em disputas políticas locais”.

Muitos dos pesquisadores brasileiros relatam as dificuldades de se encontrarem fontes escritas sobre a contribuição dos franciscanos para a educação brasileira, o que se encontra é

uma grande quantidade de documentos jesuíticos. O frei Basílio Röwer é um dos que questiona essa falta de documentos e do pouco material existente sobre a historiografia das contribuições educacionais dos franciscanos aqui no Brasil, afirmando que

calam-se os documentos ou limitam-se a ligeiras referências, porque não era o lado forte dos confrades que nos precederam transmitir à posteridade o muito que fizeram em honra de Deus e pela salvação das almas. Satisfaziavam-se em trabalhar, esperando, não o louvor dos homens, mas a recompensa eterna (RÖWER, 1944, p. 6).

Sangenis é um pesquisador contemporâneo, que tem dado grandes contribuições à historiografia franciscana. Seus trabalhos se detém mais na análise dos preconceitos, remetendo-os à parcialidade dos escritores no tratamento dessa questão, defendendo que a insuficiência de análises, nos documentos analisados pelos historiadores, é somada a ótima organização dos jesuítas em relação à organização e sistematização da sua história, contrapondo-se aos franciscanos, que não se preocuparam em preservar suas fontes documentais, nem tampouco documentá-las. Ao se fazer a análise de documentos da época, constata-se que não é apenas por falta de fontes, mas também, porque:

apenas refletem a má vontade dos autores de aprofundar seus estudos em direção ao que ultrapasse a Companhia de Jesus, seja para falar bem quanto mal. É como se bastasse a referência aos jesuítas, tratados como representantes máximos da ação missionária e protótipos dos missionários, para dar conta do capítulo que sempre deve tematizar a catequese dos índios e dos colonos. Em geral, nos textos didáticos, o exemplo jesuítico é considerado suficiente, não havendo motivo para tratar das demais ordens religiosas, sem incorrer em “redundâncias” de um texto que deve cobrir ainda tantas outras coisas. (SANGENIS, 2006, p.70)

São poucos os autores clássicos da historiografia brasileira que desenvolvem estudos e se dedicam a conhecer a contribuição dos franciscanos para a educação brasileira, um desses pesquisadores é Gilberto Freyre, que, juntamente com José Honório Rodrigues, e o próprio Sangenis tratam dessa temática. Apesar de poucas, estas produções lembram a presença da Ordem franciscana na constituição do Brasil, o próprio Freyre menciona de onde vieram tais influências para o desenvolvimento desses estudos, quando menciona que as

inspiradoras de indagações e de experimentos científicos e desenvolvidas, desde anos remotos, em Oxford e em Paris, por frades de São Francisco que foram também, além de homens bons, grandes mestres ou doutôres: tão grandes que a influência das suas idéias transbordou da época em que atuaram em universidades e em claustros para se prolongar por outras épocas

e noutros centros de estudo e de ação, numa verdadeira sucessão de ondas renovadoras do pensamento e da cultura dos europeus e de cristãos. (FREYRE, 1959, p. 9)

A obra de Gilberto Freyre é de extrema relevância para estudos acerca do franciscanismo no Brasil, não só por ter sido escrita e organizada por este autor clássico da sociologia e da historiografia brasileira, mas, por ter sido escrito por um autor que não era franciscano.

Nesse sentido, é importante mencionar que ainda há muito a se pesquisar e avançar. Mesmo com tantas adversidades, tais pesquisas já realizadas têm sido de extrema importância para a História da Educação brasileira. Observa-se que os que tiveram a capacidade de divulgar primeiramente seus escritos, levaram vantagens, silenciando e/ou omitindo a importância educativa e missionária de outras Ordens, a exemplo dos franciscanos, Fébvre (2000, p.428), menciona que “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando os há. Mas pode fazer-se, deve fazer-se com tudo o que o engenho humano do historiador lhe pode permitir utilizar... Portanto, com palavras. Com sinais. Com paisagens e com telhas”.

Pesquisas mostram que a primeira Custódia de Santo Antônio do Brasil surgiu no ano de 1584, sob a responsabilidade do frei Melquior, dando-lhe permissão para a fundação de conventos, onde ele achasse necessário, para receber noviços da ordem, mesmo sendo extremamente dependente da província franciscana de Portugal. No ano seguinte, os mesmos fundadores dessa Custódia chegaram a Olinda-PE, e fundaram muitos conventos entre as missões indígenas, bem como ações sociais e missões populares.

Por volta do ano de 1657, a custódia de Santo Antônio foi elevada à Categoria de Província, pelo Papa Alexandre VII. Dezoito anos depois, em 1675, foi criada a Província da Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro, com a ajuda da Província de Santo Antônio. Assim, o Marquês de Pombal, em 1759, criou o Alvará Régio, como sendo um dos primeiros esforços de secularização das instituições escolares, pois deveria ser mantido e dirigido pelo poder secular.

A religião oficial do Brasil era a de cunho católico, com as limitações impostas pela lei, através do regime do Padroado Régio Ultramarino, não permitindo a atuação de outras crenças; os não católicos não podiam demonstrar qualquer manifestação em público. Segundo a Legislação do Império, todos nasciam católicos e eram cercados por rituais e costumes católicos. Além disso, era comum participar desse universo, não dependendo de escolha prévia. Aos não católicos, havia uma proibição acerca do sepultamento dos mortos, e os

batizados e casamentos não eram reconhecidos. Os cargos públicos eram reservados aos que professassem a fé da Igreja Católica. Hoonart (1977) menciona que, a partir do ano de 1860, começou-se a discutir esta configuração, constituindo novas modificações legais em prol dos demais credos, pois:

a organização da igreja no Brasil entre 1500-1800 era em grande parte controlada pelo Padroado, uma prerrogativa da Coroa portuguesa [...]. O direito de padroado foi cedido pelo papa ao rei português [...], de sorte que foi por intermédio deste Padroado que a expansão do catolicismo no Brasil foi financiada (HOONAERT, 1977, p.12)

No ano de 1886, o Brasil possuía duas Províncias franciscanas, abrangendo as regiões do Nordeste e do Norte. E, em 1891, essas províncias receberam os primeiros frades restaurados alemães, vindos da Saxônia.

O catolicismo foi a religião oficial e a permitida no Brasil até o ano de 1889, com a Proclamação da República, em 1889, marcando, assim, o fim do padroado, e cortando, também, os privilégios do Clero. Com a ruptura entre o Estado e a Igreja, intensificou-se a Reforma Ultramontana, propagada por Roma, centrando a sua ação religiosa em torno dos sacramentos, tornando a figura do padre como indispensável.

Com o fortalecimento das ideias republicanas e liberais no final do século XIX, ficou fortalecida também a ideia de um ensino laico, iniciando-se após a Proclamação da República. A partir de então, o ensino laico, oferecido pelo Estado, se tornaria um contraponto aos colégios confessionais, que eram oferecidos pela Igreja.

A Igreja Católica tinha como dever o ensino católico e como principal projeto a formação de cidadãos católicos, regidos por princípios morais e revelados por Deus. Decretar a laicização do ensino seria colocar em risco todo um projeto religioso, que era pautado na fé. Por outro lado, os Liberais argumentavam que a população não conseguiria promover o devido progresso que a civilização merecia, enquanto não se desvinculasse da educação religiosa. Para eles, enquanto os cidadãos católicos se mantivessem “presos” à fé, não fariam nada, além de professar sua fé e a obediência à Igreja.

O principal argumento que a Igreja católica defendia era a defesa de uma moral cristã, para uma população cristã, fato que o Estado, através do ensino leigo, não poderia promover. Baseando-se nesse pressuposto, a Igreja Católica começou a desenvolver seu processo de recristianização, através da fundação de várias escolas católicas, que, futuramente, se eximiriam da responsabilidade de uma educação pública do Estado, pois as classes

dominantes desejavam ofertar aos seus filhos e filhas uma educação tradicional, ofertada pelas escolas católicas. A citação de Chaves (2012) mostra esse cenário, pois

Trata-se de uma educação que procura desenvolver certos atributos que conferem aos jovens alunos das famílias católicas o sentimento de pertencer a um grupo que os posicionaria à parte dos demais alunos, devido à crença em suas qualidades religiosas. Esse sentimento ainda seria reforçado pelo colégio que, centenário e com uma história a contar, legaria ao seu público e às famílias prestígio e distinção, ou seja, capital simbólico. Garantiriam reputação social, honra e senso de família, predicados essenciais para as famílias católicas pertencentes a uma sociedade que, na década de 1950, se encontrava em franca modernização. (SAINT MARTIN, 2002, p. 134 *apud* CHAVES, 2012, p.522)

Por mais que a República propagasse e formalizasse a separação do Estado com a Igreja Católica, era muito forte ainda a influência de uma moral religiosa na sociedade brasileira. Isto desencadeou um processo, levando o regime republicano a reconhecer a consolidação da Igreja nos serviços educacionais prestados à população, para o progresso da sociedade. Assim sendo, Kulesza (2006, p. 88) afirma que:

é justamente a partir da proclamação da República que a Igreja no Brasil consolida sua hegemonia como agência formadora das elites dirigentes através da criação de inúmeros colégios católicos. [...] foi por meio do saber letrado que a Igreja católica no Brasil redefiniu seu papel na sociedade republicana, recuperando e ampliando o poder que detinha desde os tempos coloniais.

Prevalecendo a autonomia da Igreja, após ser baseada na romanização da instituição eclesial, foi essa nova ordem que passou a vigorar sobre a anterior, que garantia a autonomia do Estado sobre a Igreja. Tendo como principal objetivo a garantia e o fortalecimento da Igreja no Estado Republicano, a romanização fez uso de algumas estratégias, que foram desde a formação de um perfil de professor nos colégios confessionais, definido pelo Clero, até a circulação de conteúdos divulgados pela imprensa, que orientavam uma conduta moral e o perfil dos jovens.

Quando a Igreja foi separada do Estado na Proclamação da República, chegaram da Europa diversas congregações religiosas ao Brasil, com o intuito de, através de uma educação católica, corrigirem os “erros” de uma política liberal, propagados por uma educação leiga.

Dessa forma, várias expedições chegaram ao Brasil e pouco tempo depois, os conventos, antes abandonados, estavam cheios de frades novos e velhos, vindos do continente

europeu. Com a restauração dos conventos franciscanos, em 1901 foram surgindo novos conventos no Brasil, tendo como principal objetivo a promoção das vocações nacionais, já que grande parte dos frades, em solo brasileiro, era de origem alemã.

Mesmo com o funcionamento do Colégio de Bardel na Alemanha, continuava a chegar mais frades ao Brasil, para darem continuidade ao seu noviciado. No ano de 1924, chegaram a Olinda-PE seis novos Noviços, juntando-se aos freis Manfredo Pantenburg e Hildebrando Krutkaup. Ao todo, foram 35 clérigos que embarcaram para o Brasil no referido ano. Moraes e Albuquerque (2009, p. 25) mencionam que:

Os atos do congresso Definitorial de 1º de maio de 1928 rezam: “tornando-se sempre mais urgente a necessidade de se fomentar as vocações entre os brasileiros, os PP. Definidores externaram sua vontade que em vários Conventos fossem escolhidos jovens idôneos para, por algum tempo, serem instruídos e sondados quanto à sua índole e ao talento; e quando julgados idôneos fossem enviados a uma Escola Seráfica a ser fundada mais tarde. Na reunião definitorial havida no Convento do Recife, em 23 de novembro do mesmo ano, os PP. Definidores resolveram instalar na Residência Paraibana de São Pedro Gonçalves um Colégio Seráfico cuja função seria a de preparar os alunos para cursarem as classes superiores do nosso Colégio em Bardel. Frei Florentino Gerbig foi nomeado primeiro reitor desse Colégio Seráfico. Em 2 de fevereiro de 1929, o P. provincial frei Cornélio Neises inaugurou esse novo Colégio Seráfico de Santo Antônio que começou a funcionar com 12 alunos. (MORAES e ALBUQUERQUE, 2009, p. 25)

No ano de 1938, com a situação política e religiosa na Alemanha não muito favorável, foram suspensas as atividades do Colégio de Bardel, através de um decreto. No momento em que o Nazismo conseguiu fechar o Colégio Franciscano de Bardel, muitos frades alemães foram enviados para o Brasil, fugindo das ameaças de Hitler. Desta forma, no Definitório de 1939, foi deliberada a construção de um novo Colégio Seráfico, em lugar a ser definido, para que, desta forma, o ensino confessional continuasse em vigor. Neste momento, a história do Colégio Seráfico de Santo Antônio começa a se desenhar na Alemanha, em meio à Segunda Guerra Mundial.

Como uma das finalidades do Colégio de Bardel era o envio de missionários para o Brasil, principalmente nas décadas de 20 e 30, com o seu fechamento, começou a se perguntar o que seria dos demais colégios que dependiam do envio desses frades.

Assim, passou-se a buscar um lugar apropriado, que pudesse atender a certas demandas que seriam necessárias para o funcionamento de um Colégio: sendo localizado próximo a uma cidade de maior porte, para que viabilizasse o acesso dos alunos ao Colégio, e com condições climáticas que se aproximassem do clima alemão, tendo em vista a adaptação

dos frades que viriam de lá. Deveria ser um local onde a população tivesse bons costumes e famílias bem constituídas.

Com esses objetivos, formou-se uma comissão em busca desse lugar. Essa comissão visitou alguns locais em Pernambuco, e não encontraram nestes locais os objetivos que procuravam. Então, resolveram visitar outros locais, desta vez, na Paraíba.

O frei Romualdo Kruempelmann escreveu uma carta ao R. P. Definidor, frei Matias Teves, comunicando que conseguiriam um bom terreno, próximo à cidade de Campina Grande-PB, por um ótimo preço, nove contos de réis, metade do que valeria, para a construção do Colégio Seráfico. Em Definitório de 1939, foi escolhido o sítio de Lagoa Seca. Conforme afirma Pereira (1999, p.79), “Grande foi a surpresa – diz frei Pedro – de encontrarem um local ótimo, com todas as condições desejadas, no lugarejo de Lagoa Seca, à época também chamado de Ipuarana”. Surgia, assim, o Colégio Seráfico de Santo Antônio.

A chegada de tal projeto mobilizou a população local, que foi receptiva e acolhedora. No dia 28 de Novembro de 1939, os freis Lamberto Hoetting e Pedro Westermann foram os primeiros a chegarem em Lagoa Seca para ajudarem na construção do Colégio. No ano seguinte, o frei Manfredo Patenburg chega a Lagoa Seca. Em 28 de janeiro de 1940, o Arcebispo da Paraíba, Dom Moisés Coelho, cercado por uma multidão e por personalidades da época, como o prefeito de Campina Grande, Bento de Figueiredo, dava a bênção da Primeira Pedra e dos alicerces do Colégio.

Dessa forma, com a construção desse grande Colégio, resolver-se-ia o problema vocacional na província de Santo Antônio. O frei Lamberto Hoetting tinha o conhecimento técnico, e juntamente com o frei Pedro Westermann, que ficou conhecido como o guia e dirigiu os trabalhos de construção do seminário, elaborando juntamente com o frei Lamberto Hoetting um anteprojeto, que veio a ser desenvolvido por Heitor Maria Filho, arquiteto de Recife. Posteriormente, juntou-se a eles o frei Manfredo Panterburg, que ficou conhecido como o apóstolo, estava formada a primeira comunidade franciscana do Colégio.

Assim, observa-se que desde a vinda dos portugueses para o Brasil, em 1500, a obra franciscana contribuiu para a instrução do povo brasileiro, bem como para a fundação e ampliação do antigo Colégio Seráfico de Santo Antonio.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. Os Capuchinhos e o movimento brasileiro de reforma católica do século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 35, fasc. 137, mar. 1975, p. 123-139.

CHATELLIER, Louis. **A religião dos pobres**: as missões rurais na França e a formação do catolicismo moderno, séc. XVI-XIX. Lisboa. Editorial Estampa, 1995. 282p.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. O papel da igreja na educação escolar masculina na década de 1950. **Cadernos de pesquisa**. v.42 n.146 p.518-537 maio/ago. 2012

CORTESÃO, Jaime. **Introdução à História das Bandeiras**. Lisboa: Portugália, Segundo Volume, s/d. 243p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1993. V II. 300p.

FEBVRE, Lucien.; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000. 509p.

FREYRE, Gilberto. **A Propósito dos Frades**: Sugestões em Torno da Influência de Religiosos de São Francisco e de Outras Ordens Sobre o Desenvolvimento de Modernas Civilizações Cristãs, Especialmente das Hispânicas nos Trópicos. Salvador, Aguiar & Souza, 1959. 190p.

HOORNAERT, Eduardo *et al.* **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época. Petrópolis, vozes, 1977. 279 p.

KULESZA, Wojciech Andrzej. (Orgs.). **A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 202p.

_____. Igreja e educação na Primeira República. In: MACHADO, Charliton José dos Santos & SCOCUGLIA, Afonso Celso (Orgs.) **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas – SP: Autores Associados. 2006. 227p.

LYRA, Sophia A. **São Francisco de Assis e o Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. 296p.

MORAES, José Clotário Dantas de.; ALBUQUERQUE, João Batista de. **Ipuarana 70 anos**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2009. 414 p.

PEREIRA, Carlos Almeida. **Ipuarana 2000**: Refazendo uma Caminhada. Belém: [s.n.],1999. 98p.

RÖWER, Basílio. **Os Franciscanos no Sul do Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1944. 93p.

_____. **A Ordem Franciscana no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1947. 216p.

SANGENIS, Luís Fernando. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol 1. Petrópolis: Vozes, 2004. 440p.

_____. **Gênese do Pensamento Único em Educação**: Franciscanismo e Jesuitismo na História da educação brasileira. Petrópolis, Rio de Janeiro: VOZES, 2006. 197p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 474p.